

Sarney e o efeito CPI

ESTADO DE SÃO PAULO

3661 ZED 82

O episódio da saída do senador José Sarney do PMDB, guardadas as filigranas políticas que lhe emprestam contornos peculiares, deve ser visto também como efeito da CPI do Orçamento, que está implodindo diversas alianças seladas em torno do PMDB — o partido que sai mais chamuscado das investigações sobre os crimes contra o Tesouro. O desencanto de Sarney com o partido tem seu fator mais concreto no fim da aliança que montara no Maranhão e que desmoronou à medida em que a CPI foi identificando anões aqui e ali.

Sarney montara um acordo regional que implicara na transferência de boa parte de liderados para a legenda do PMDB. Para viabilizar o acordo político, montou-se uma comissão provisória, cuja presidência coube ao deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), identificado, mais tarde, como um belo exemplar de anão do Orçamento. O flagrante desfez a aliança e Sarney passou a enfrentar resistências na cúpula do PMDB para remontá-lo em bases novas e eleitoralmente vantajosas.

O ex-presidente estava na fase das consultas sobre o rumo a tomar, quando teve desmarcado o jantar com o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, de uma forma tão deselegante que o fez sentir-se humilhado. Para quem sentia dificuldades em permanecer na legenda, o episódio foi suficiente para a desilusão completa. A fase de consultas objetivas para a escolha da nova legenda começou no dia seguinte ao desprezo do governador.

As primeiras avaliações indicam ao ex-presidente que a opção partidária mais tranqüila, considerando o candidato Sarney, é o PP comandado pela dupla Joaquim Roriz-Álvaro Dias. O senador já pôde constatar resistências internas no PFL à sua pretensão de voltar ao Palácio do Planalto. "Sua filiação já seria absorvida apenas numa instância derradeira, mas a candidatu-

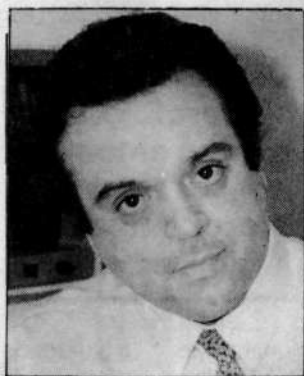
ra pela legenda seria muito difícil", analisa um cacique do PFL.

Sarney também consultou a legislação eleitoral para 94 e imbuuiu-se de desconfiança. Essa legislação, no seu artigo oitavo, preserva o direito dos candidatos natos (aqueles que já possuem mandato de deputado federal, estadual ou distrital), independentemente de deliberação das convenções, mas faz exceção para os casos em que a direção partidária, a nível nacional, apresentar veto. Essa ressalva punha em risco todos os seus liderados transferidos para o PMDB, uma vez desfeito o acordo original selado antes da CPI do Orçamento.

O prazo que a Lei Orgânica dos Partidos Políticos em vigor estabelece para a filiação partidária, com vistas à eleição de 94, pode apressar a opção de Sarney pelo PP. A legislação estabelece o dia 9 de janeiro como data final para a filiação. Segundo interpretação de especialistas, o prazo, a rigor, é dia 6 de janeiro, porque a mesma legislação determina que são necessários três dias para que se conclua a operação de filiação.

Se houver a filiação de Sarney ao PP, o movimento pode influir diretamente na sucessão do governo do Distrito Federal, que é aspiração do ministro da Justiça, Maurício Corrêa, entre outros, mas que pode deixar de ser uma decisão exclusiva do governador Joaquim Roriz. Há, por exemplo, candidatos ainda não declarados e anunciados, que mudam, hoje, qualquer panorama eleitoral, como os senadores José Paulo Bisol (PSB-RS) e Jarbas Passarinho (PPR-PA), já sondados por grupos políticos que desejam aproveitar os ventos eleitorais soprados pela CPI.

De qualquer forma, o senador Sarney trabalha também com a hipótese de sua candidatura, sempre anunciada, servir, no mínimo, como respaldo político para pretensões eleitorais menos ousadas. "O bom mesmo seria ele desistir disso", diz um líder do PFL.



■ João Bosco Rabello dirige a sucursal de Brasília

O prazo que a lei estabelece para a filiação partidária pode apressar a opção do ex-presidente pelo PP